

Notas sobre a relação entre filosofia e literatura na obra de Franklin Leopoldo e Silva

Renato Belo

UFLA

RESUMO

O artigo trata dos aspectos gerais da articulação entre filosofia e literatura conforme presentes na obra de Franklin Leopoldo e Silva. Valendo-se de certa tensão entre a atividade do filósofo e aquela do professor de filosofia, o texto percorre elementos nos trabalhos de Franklin dedicados a Proust, Bergson e Sartre, os quais permitem delimitar a relação de distância e proximidade entre os gêneros literário e filosófico. Propõe-se, à revelia do filósofo/professor, que seu trabalho evidencia certo estágio do desenvolvimento da filosofia no Brasil, marcado pelo diálogo sistemático com a tradição filosófica, aliando rigor intelectual e síntese criativa, permitindo o que chamamos de coautoria.

PALAVRAS-CHAVE

Filosofia; literatura; Franklin Leopoldo e Silva; coautoria.

ABSTRACT

The article deals with the general aspects of the articulation between philosophy and literature as present in Franklin Leopoldo e Silva's work. Drawing on a certain tension between the activity of the philosopher and that of the philosophy professor, the text goes through elements in Franklin's works dedicated to Proust, Bergson and Sartre that allow us to delimit the relationship of distance and proximity between the literary and philosophical genres. It is proposed, in absentia of the philosopher/professor, that his work evidences a certain stage in the development of philosophy in Brazil, marked by systematic dialog with the philosophical tradition, combining intellectual rigor and creative synthesis, allowing what we call co-authorship.

KEY WORDS

Philosophy; literature; Franklin Leopoldo e Silva; co-authorship.

I.

“Você vai ser professor de filosofia” (Leopoldo e Silva *apud* Biazo, 2021, p. 356)¹, confia Franklin Leopoldo e Silva sobre a orientação que recebera dos “grandes professores da Faculdade de Filosofia” (*Ibid.*) da USP na ocasião em que as circunstâncias do Brasil, da Universidade e da emergência do tempo histórico solicitaram que o exercício da docência fosse, para além de uma orientação vocacional ou profissional, também um ato político e de resistência frente à barbárie que se implantava e que, de tempos em tempos, parece insistir em frequentar um país tão relutante em ver de frente suas contradições, revelando um fundo autoritário larvar que parece constituir a sociedade brasileira. Tendo ingressado como professor auxiliar no Departamento de Filosofia da USP em 1972, pouco tempo após os atos de força que afastaram professores da Universidade e que comprometeram sensivelmente o funcionamento deste Departamento, o professor Franklin narra assim a missão que havia recebido: “se concentre em ser um bom professor de filosofia, esta é a tua tarefa, isso você tem que fazer para os alunos” (*Ibid.*).

A tarefa era clara e seguia o *script* departamental tão avesso aos tais “impulsos filosofantes”, e talvez diletantes, cuja experiência de formação naquele ainda jovem Departamento procurou quase obsessivamente combater: seja um bom historiador da filosofia, ressoava ao fundo a mensagem. De resto, o que tiver de ser será. Se, além de “professor de filosofia”, “você tiver que ser um filósofo, um criador de ideias, isso vai acontecer” (*Ibid.*). Aparentemente, a resposta subjetiva de Franklin a este desígnio se deu na forma de uma quase resignação. “Porque eu só sei fazer isso – relata Franklin sobre sua *performance*. Eu fui treinado para isso. Então vejo o significado da minha carreira principalmente dentro desse perfil [de professor de história da filosofia]” (*Ibid.*, p. 357). Ocorre, contudo, que, se a missão forma o caráter, o homem também se forja pelas circunstâncias irrecusáveis e abertas pelo seu tempo, pelas condições histórico-sociais, inclusive de aclimação da milenar filosofia ocidental em um incipiente país em que algo como uma tradição de diálogo filosófico mal havia se iniciado, pelo menos em sentido sistemático e coletivo. O professor Franklin parece ter experimentado esse gosto ambíguo e amargo, tão característico da “força das coisas”, e que tem de ver com a assimilação sempre singular da objetividade histórica pela história vivida por cada pessoa. “Pelo simples fato de você estar na universidade onde seus mestres haviam sido cassados... Somente por isso você poderia ser considerado um traidor. Não por outra pessoa, mas por si mesmo” (*Ibid.*, p. 366).

¹ A entrevista foi concedida a Glauber Cícero Ferreira Biazo e realizada em 2012. Não há registro de sua publicação integral. Uma versão parcial, da qual nos valem, foi publicada pelo pesquisador em formato de artigo em 2021. Todas as referências disponíveis, permitindo sua adequada localização, constam de nossa bibliografia, ao final desse artigo.

Tem-se, assim, um duplo pano de fundo a se considerar: a exigência de um trabalho em filosofia aparentemente restrito aos quadros daquela concepção departamental da formação em filosofia no Brasil e, de outra feita, a situação política e as exigências de engajamento. Um duplo peso, portanto: aquele da fundação e consolidação de um curso de filosofia com a responsabilidade de tornar sistemático o diálogo com a multissecular tradição filosófica – isso em um país que conheceu a instituição universitária apenas no início do século passado –, e aquele outro da tempestade político-social que reconfigurou a experiência universitária.

II.

Justifico agora minha abordagem do tema proposto, *Notas sobre a relação entre filosofia e literatura na obra de Franklin Leopoldo e Silva*, e por que o faço a partir dessas considerações iniciais. Se procuro aproximar o desenvolvimento dessa temática da maneira como Franklin entendeu sua própria trajetória na Universidade, como professor, é porque, em primeiro lugar, sua obra anda de par, sobretudo, com as atividades de ensino. Sua obra publicada é quase sempre o resultado dessa obstinação: ser um bom professor. E isso sob a profunda conexão entre ensino, pesquisa e difusão, tripé indissociável da Universidade brasileira. E é nesse diapasão que, em meu entender, ele redimensiona, sob o signo de uma intencionalidade difusa, o sentido original daquela tarefa que lhe fora exigida por seus mestres: ser, necessariamente, um bom professor, e, talvez, figurar, um dia, como filósofo. E é esse princípio de dualidade que me parece superado quando se leva ao limite do paroxismo a atividade docente, ainda que isso ocorra como semi-lucidez, como me parece ser o caso de Franklin. E isso advém da tensão entre a ideia de disciplina e rigor intelectual e as solicitações e limitações da realidade histórica, ambas vivenciadas e presentes nas memórias de Franklin: “Achava-se que somente essa reflexão aprofundada e rigorosa de textos e ideias já era uma maneira de resistir à barbárie que estava invadindo a universidade” (*Ibid.*, p. 370).

Enxergo, por assim dizer, certa confluência de temas e problemas da filosofia, ou da história da filosofia, se se quiser operar a partir de alguma diferenciação, e a matéria viva e pulsante de quem interroga a tradição com os pés sempre muito bem assentados na hora histórica, realizando-a como experiência de permanência e desdobramento. Isso equivale a aliar disciplina e rigor a uma compreensão mais ampliada da filosofia, e também mais flexível das normativas “ensimesmadas” de uma história estrutural da filosofia. Eu penso que a maneira como Franklin entende a relação entre filosofia e literatura reflete esse exercício simultâneo de exegese textual e interpretação criativa, configurando uma espécie de apropriação criativa ou coautoria, que por vezes nos confunde, nós, leitores de Franklin, indicando os limites,

por assim dizer, da “situação do filósofo brasileiro que nasceu em 1947”, parafraseando um autor que lhe é caro.

III.

Estabeleço, assim, três momentos para apresentar essa questão. O primeiro é uma série de considerações de método sobre o estatuto da relação entre a filosofia e as artes, em especial a literatura. O segundo diz respeito à maneira diversa que, a partir da leitura de Franklin, um filósofo e um literato são capazes de explorar a questão comum do “desvendamento da realidade”. Finalmente, trata-se de apontar alguns elementos da proposta interpretativa de Franklin acerca de um pensador que foi, ao mesmo tempo, filósofo e literato.

Quero tratar, de início, de considerações de ordem geral e, por assim dizer, de método a partir da maneira como Franklin Leopoldo e Silva entende as possibilidades da relação (de distância e de proximidade, mas sempre de diferença) entre filosofia e literatura. *Grosso modo*, filosofia e literatura não se identificam, uma não pode ser reduzida à outra; são, assim, campos distintos, mas isso não significa que se relacionem em exterioridade, pois ambas compartilham uma espécie de “saber”, que justifica a aproximação de instâncias tão diferentes. Como dito por Franklin de forma quase paradoxal: “Literatura e filosofia habitam regiões muito diferentes e também muito distantes uma da outra. Mas quando se convive um pouco com ambas, percebe-se que a distância que separa é a mesma que aproxima” (*Id.*, 1992, p. 141).

Isso significa que filosofia e literatura não são a mesma coisa, o mesmo gênero, e, assim, o que se exige de uma não se aplica à outra. Qualquer relação que se pretenda estabelecer exige o respeito a essa diferença e a essa distância. Contudo, a aparente obviedade dessa precaução logo cede lugar, em diversas análises concretas que tentaram tratar da via dupla filosofia e literatura, a uma relação simplista de subordinação. Assim se explicam as tentações de se considerar as obras literárias como ilustrações de teses filosóficas ou tentar buscar a teoria que estaria por trás dos romances, dando-lhes fundamento e coesão. Isso é suprimir a distância. É não reconhecer que literatura e filosofia guardam entre si, primordialmente, uma relação de distinção e independência. “O romance – aponta Franklin – não necessita de filosofia para expressar ideia, assim como a filosofia não necessita tornar-se poesia para estudar a alma” (*Ibid.*). Não há que se tentar uma aproximação artificial entre elas. O gênero filosófico tem suas regras próprias, assim como o gênero literário.

Por outro lado, se a distância que separa é a mesma que aproxima, trata-se de encontrar o ponto comum que permite a devida aproximação entre literatura e filosofia sem que, dessa forma, o resultado seja a supressão da diferença. Essa possibi-

lidade, considera Franklin, anuncia-se porque estão presentes na própria especificidade da narração literária o “impulso de desvendamento da realidade”, o que aproxima a literatura da “situação daqueles que buscam a verdade”, uma vez que esse “desvendamento” singular às artes e à literatura guarda também, assim como ocorre na filosofia, a força de “compreender o real” de forma desnaturalizante, retirando-o de sua familiaridade habitual.

Assim, não obstante suas diferenças, literatura e filosofia abordam e surpreendem a realidade das coisas, do mundo e de nós mesmos. Ambas são desvelamento da realidade. Isso que na filosofia se realiza como descrição deslocadora da realidade, porque esse é o ofício do filósofo, a seu modo, também se passa na literatura. Em ambos os casos se trata de recuperar a realidade das entranhas mesmas do senso comum e das orientações práticas que governam nossa relação familiar e cotidiana com o mundo. Literatura e filosofia, guardadas suas especificidades, procuram desvendar a realidade. Distintas na forma e no compromisso, ambas as modalidades expressivas auscultam a realidade além ou aquém do senso comum, proporcionando uma visão, uma percepção inaudível e invisível à percepção comum.

É por nos proporcionar esta espécie de excedente de percepção e de compreensão sobre o mundo e sobre nós mesmos que a obra de arte se faz portadora de saber, e é isto que a aproxima da filosofia, guardada sempre a distância entre os dois modos de apreensão e expressão da verdade em diferentes gêneros de discurso (*Ibid.*, p. 142).

IV.

Se as noções de espanto e admiração estão presentes desde os primórdios da elaboração filosófica, tornando o filósofo figura de certo modo deslocada da realidade, também o artista, por essa concepção, é capaz de perceber, por motivos talvez enigmáticos, mas assimiláveis nas obras, o verdadeiro estatuto das coisas e do mundo. Ambos, filósofo e artista, estão, assim, deslocados da realidade, no sentido de que são capazes de escapar da orientação eminentemente pragmática que coordena a inserção das pessoas comuns na realidade.

Mas de que maneira isso impõe a especificidade da abordagem, seja na filosofia, seja na literatura? Ainda no ensaio *Bergson, Proust – tensões do tempo*, Franklin Leopoldo e Silva propõe o exame do “desvendamento da realidade” em um filósofo e em um literato a partir de “alguns aspectos da apreensão do Tempo”. Interessa-me demarcar, a partir da sofisticada leitura apresentada no ensaio, como uma mesma temática é tratada diversamente na teoria filosófica e na obra romanesca, ainda que se chegue a resultados compatíveis entre si.

Na discussão que se seguiu à comunicação de *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*, de Merleau-Ponty, o velho Bréhier toma a palavra e questiona Merleau-Ponty sobre sua visão da filosofia e indica que nele haveria uma inversão do “sentido ordinário” da filosofia. Ensina Bréhier: “A filosofia nasceu das dificuldades concernentes à percepção vulgar e foi distanciando-se dessa percepção que se filosofou de início” (Merleau-Ponty, 1990, p. 68). Para o escândalo daquele antigo mestre, o jovem Merleau-Ponty parecia propor, ao fazer o elogio da percepção, um quase retorno à caverna da qual Platão tão heroicamente nos retirou. Lendo Bergson, Franklin Leopoldo e Silva calcula os impactos dessa avaliação negativa da percepção que, se remonta às origens da metafísica, também permaneceria entre os filósofos modernos. Descartes, por exemplo, mesmo quando reabilita as sensações para garantir a existência dos corpos externos o faz apenas parcialmente. A existência dos corpos externos é garantida, à luz da veracidade divina, pela passividade da sensação que requer uma potência ativa que cause as sensações em nós, aliada à forte propensão para acreditar na existência de corpos externos. Contudo, continua a não haver garantia de que os corpos externos se assemelhem às sensações que os representam, sendo requisitada a intervenção e a correção do entendimento puro.

Essa avaliação da percepção, que caracterizaria a metafísica dos antigos e dos modernos, é dela consciente a filosofia de Bergson, como nos aponta Franklin. E isso ocorreria porque a percepção habitual é pragmática, é orientada para a ação e não para o conhecimento. Assim, como a tradição considera “que a percepção não nos apresenta o verdadeiro real” (Leopoldo e Silva, 1992, p. 143), os conceitos do pensamento são chamados em socorro da percepção, de modo a eliminar o que de ilusório e contraditório ela nos apresenta. Ao recusar o fluxo, o devir e o movimento como constitutivos da realidade, a tradição instituiu o primado do pensamento frente à percepção. Privilegiou a busca pelo substrato permanente. O pressuposto da tradição filosófica, na leitura que Franklin faz de Bergson, é que o essencial da realidade é a imobilidade e a imutabilidade, e não a mobilidade e a sua temporalidade. É por isso que se fala apenas em “esquema da mobilidade e da sucessão” (*Ibid.*), sem que se apreenda propriamente o tempo e o movimento.

Segundo Franklin, Bergson argumenta em sentido diverso da tradição, pois, para ele: “A filosofia deveria prover esse saber desinteressado da praxis, aquele que visaria o conhecimento da realidade por ela mesma, mas disto está impedida por partir do princípio de que é o intelecto o órgão desse conhecimento” (*Ibid.*, p. 145). A constituição espontânea de nossa percepção ofusca os aspectos do real não diretamente envolvidos em sua apreensão prática. Isso resulta na perda do aspecto mais íntimo do real, sua apreensão como temporalidade. Em sentido diverso da tradição, não se privilegia o entendimento em detrimento da percepção. O antídoto é “alargar e

aprofundar a percepção”. Trata-se de distensionar a atenção seletiva que orienta nossa percepção para um único aspecto do real. A arte e o artista parecem evidenciar as condições de possibilidade dessa tarefa: “A arte é a descrição da realidade do ponto de vista da duração, que não é, já se vê, um ponto de vista como outro qualquer, mas um ponto de vista que assume a realidade desde o seu núcleo temporal” (*Ibid.*, p. 148). Se é assim quanto à filosofia, o caso específico aqui é a de Bergson, o que esperar da via literária?

V.

A análise de Franklin Leopoldo e Silva do monumental *Em busca do tempo perdido*, de Proust, ocorre, é importante ressaltar, evidenciando os elementos formais e estruturais da obra romanesca a fim de encontrar ali uma narração do real desde a perspectiva da temporalidade. Ressalte-se que, na leitura de Franklin, não se impõe à obra literária uma teoria prévia, seja ela filosófica ou científica, mas antes se faz desdobrar o “desvendamento do real” tratando-a como obra propriamente ficcional, que se vale assim de uma abordagem da realidade “sob o signo do Tempo”. Isso equivale a dizer que a apreensão da realidade pela literatura é de outro gênero que não o filosófico. Ela se vale das possibilidades da imaginação para desvelar a realidade, isto é, aborda-a pela irrealidade, o que não cabe ao gênero filosófico. É significativo nesse sentido que Franklin explore o texto literário por suas categorias próprias: o narrador, a personagem protagonista, o enredo, as passagens marcantes que constituem a trama.

Nessa diferença entre filosofia e literatura, advogada por Franklin, impõe-se também um tratamento específico de suas matérias porque elas decorrem de elaborações formais e estruturais também distintas. Daí, por exemplo, a atenção para uma frase [“Durante muito tempo, costumava deitar-me cedo”], uma breve frase de Proust que, se parece destoar de seu estilo, é significativamente reveladora porque, diz Franklin, parece indicar

que é a *continuação* de um texto virtual que remonta a uma anterioridade talvez infinita. É como se a narrativa, para se iniciar, tivesse de recuperar um tempo que ela não tomará diretamente como objeto, mas que ela tem de considerar, na medida em que o tempo romanesco tem como referencial o Tempo em si que se revelará ao narrador no final (*Ibid.*, p. 152).

VI.

Em relação a Sartre, por seu turno, a proposta de leitura do professor Franklin é profícua em vários sentidos. Em sua interpretação, também a relação entre filosofia e literatura é significativa, talvez por evidenciar a “ressonância ética”, noção proposta

por Franklin e que alude ao fundo ético que parece emergir de ponta a ponta no trabalho de um filósofo que nunca a sistematizou. O elemento relevante, para os nossos propósitos, é o fato de agora se tratar de um filósofo/literato. Quero apenas indicar três aspectos para uma breve abordagem: a relevância da leitura de Franklin frente ao rol de comentários dedicados ao tema em Sartre, as adaptações na relação entre filosofia e literatura a fim de melhor investigar o caso concreto, os elementos conceituais propostos na leitura de Franklin.

O fato de Sartre ter se utilizado de diferentes modalidades expressivas para elaborar seu pensamento põe em relevo o problema da relação entre filosofia e literatura. Sartre, ele mesmo, por vezes foi ambíguo ao se pronunciar sobre essa relação, ora indicando se tratar de modalidades bastante distintas, ora confundindo seu leitor pela sugestão de certa indistinção. Comentários significativos advogaram a subordinação da produção literária frente à sua elaboração filosófica, chegando-se a reduzir a primeira a mera ilustração ou exemplificação de teses do filósofo. Mesmo entre aqueles que, diferentemente, veem as obras literárias de Sartre como expressões autônomas, o trabalho de Franklin se destaca ao explorar a conexão entre modalidades expressivas distintas:

A relação de uma com a outra se daria por uma espécie de comunicação que, à falta de outro termo, chamaríamos de *passagem interna*, querendo significar com isso que a vizinhança entre filosofia e literatura é tal que não precisaria, nem se poderia, sair de uma para entrar na outra, configurando assim dois espaços contíguos mas apenas indiretamente comunicáveis, ou seja, em que a passagem de um a outro se daria pela mediação da exterioridade. Pelo contrário, haveria uma forma de passar de um a outro que seria uma via interna, sem que, nesse caso, a comunicação direta anulasse a diferença (*Id.*, 2004, p. 13).

Pela noção de “passagem interna”, Franklin apresenta uma peculiar maneira de abordar o pensamento sartreano. Continuam válidas, quanto à relação entre filosofia e literatura, as ideias centrais de diferença e distância que aproxima. Contudo, trata-se de um autor que simultaneamente se expressou em ambos os gêneros, tornando quase irresistível a tentação de identificá-los. Para Franklin, contudo, é preciso manter a diferença e por isso, mesmo em Sartre, filosofia e literatura dizem e não dizem a mesma coisa. Dizem a mesma coisa no sentido de que têm como objeto o desvelamento do real e a compreensão da realidade humana. Mas não dizem a mesma coisa porque o fazem de forma diversa e complementar, o que evidencia os limites de fato e de direito de cada modalidade expressiva e isso ocorre porque a compreensão do real e da ordem humana não é exatamente idêntica se realizada pelo conceito ou pelo recurso ao imaginário.

O estatuto da questão enfrentada por Franklin para tentar equacionar, sem meramente harmonizar, a tensão presente nas modalidades expressivas no pensamento de Sartre exige um esforço propriamente filosófico, pois ele não ocorre sem as considerações da matéria viva presente na obra e, conseqüentemente, sua “ressonância ética”. Daí se propor a noção de “vizinhança comunicante” entre filosofia e literatura como chave explicativa para a melhor tradução da totalidade do pensamento de Sartre, para a própria possibilidade de proposição de uma unidade na variação no pensamento daquele autor francês. E esse recurso, impossível de se desenvolver nos limites desse texto, é uma contribuição original à leitura posta em movimento por Franklin do pensamento de Sartre.

VII.

Considerando o que tentei fazer de maneira meramente indicativa, penso que posso apontar algumas características presentes na reflexão de Franklin Leopoldo e Silva, levando em consideração a problemática específica da relação entre filosofia e literatura. Sua obra caminha na contracorrente da atual pesquisa especializada. Ela é pouco poluída por comentários ou discussões no interior da bibliografia especializada. Assume, assim, os riscos de enfrentar o texto dos filósofos a que se dedica, colocando-os em perspectiva mais ampla a partir da elucidação de seus diálogos, explícitos e implícitos, com a tradição filosófica. Propõe e rearticula problemas a partir de questões ético-contemporâneas, presentes na gramatura do texto dos filósofos em estudo, mas que os ultrapassam, produzindo, por vezes, o inédito. Entende que o texto filosófico apresenta suas teses e argumentos sob o fundamento da tradição com a qual concorda, retoma ou discorda, mas com ela sempre dialoga. Enxerga a obra literária, seja ela escrita por um literato ou um filósofo-literato, em sua organicidade própria, ressaltando o desvelamento da realidade promovido pela obra a partir de suas formas e estruturas próprias.

Não obstante essas características de genuína reflexão filosófica, é recorrente nas entrevistas concedidas por Franklin a delimitação muito precisa entre o filósofo e o professor. “A minha relação com a Filosofia é exclusivamente a de professor de História da Filosofia e, portanto, não tem Filosofia, eu não faço Filosofia” (Martins; Ivanov, 2013, p. 248). A meu ver há certa astúcia nesse tipo de autoavaliação. Ela, em consideração preliminar, reflete a valorização da docência, retomando seu valor ontológico e ético, como reivindicava Antônio Cândido, e o faz ao não admitir separação entre ensino e pesquisa. O professor, por esses termos, é já um pesquisador. Ela, ainda, evidencia a trajetória de uma geração e de um projeto hoje quase secular de aclimação da filosofia no Brasil a partir do diagnóstico de ausência de uma

tradição de diálogo, ensino e transmissão da filosofia nos moldes europeus e ocidentais. “Eu participei de uma geração que foi formada para ser professor de História da Filosofia e não filósofo” (*Ibid.*, p. 246). Essa posição ressalta um momento de aclimatação da filosofia no Brasil que, se guarda inegável odor de colonialismo, também é marcada pelo estudo rigoroso de textos da tradição, pela produção de um vocabulário filosófico em língua nacional. Evidencia, ainda, a consciência de que a filosofia, como largamente compreendida, é operação no interior de uma tradição. Nesse sentido, a prática da filosofia no Brasil talvez não possa prescindir de sua história, da leitura rigorosa de textos, senão porque assim se construiu e se constituiu nossa própria tradição e isso sem prejuízo da exploração inovadora de novos temas e problemas eventualmente ofuscados e silenciados por essa mesma tradição. Proponho, assim, a noção de “coautoria” para compreendermos a maneira própria como Franklin Leopoldo e Silva, um brasileiro, enfrentou a questão de ser ou não ser filósofo. É possível, assim, ser filósofo sendo professor de história da filosofia? Creio que sim, porque ser filósofo não compreende apenas elaborar sistemas de pensamento, mas dialogar com a tradição, dela se apropriando criativamente. É possível encarar o professor Franklin não como mero intérprete de obras filosóficas, mas como seu coautor na medida em que através dele elas se desdobram numa dimensão inédita, o que por vezes nos desconcerta: isso é Bergson ou Franklin? isso é Sartre ou Franklin? Talvez nunca saibamos. Em sua maneira generosa de acolher o texto, não quer dominá-lo. Deixa-se transpassar por ele. Pensa não a partir de, mas com os filósofos. Deixa-se transpassar pela obra para que ela se reanime e ganhe novos sentidos. E se o filósofo e a obra em Franklin se desdobram, isso não ocorre sem a noção de permanência, isto é, de que ali também se realiza um trabalho de reconhecimento da tradição e do já adquirido, mas que se renovam no trabalho de seu pensamento. Coautoria, por fim, porque essa noção indica também os limites históricos (fazer filosofia no Brasil ontem e hoje) nos quais mesmo Franklin está inserido. Nesse sentido, se pudermos entender como *formação da filosofia brasileira* essa tarefa legada a Franklin e sua geração, talvez possamos também assumir a obra de Franklin Leopoldo e Silva como um dos *momentos decisivos* da filosofia brasileira. Mas, alguém perguntará, como assim se o próprio professor recusa explicitamente o título de filósofo? Ora, se ninguém é filósofo por autodeclaração, também ninguém deixa de sê-lo por essa mesma via.

Bibliografia

Biazo, G. C. F. (2021). “A trajetória acadêmica de Franklin Leopoldo e Silva: história, memória e tensões do tempo”. *Projeto História, São Paulo*, 71, pp. 351-374.

- Leopoldo e Silva, F. (1992). Bergson, Proust: tensões do tempo, In Adauto Novais (Org.), *Tempo e história*, São Paulo: Companhia das Letras, pp. 141-153.
- Leopoldo e Silva, F. (2004). *Ética e literatura em Sartre: ensaios introdutórios*. São Paulo: Editora UNESP.
- Martins, C. A. & Ivanov, A. (2013). “Entrevista com o professor Franklin Leopoldo e Silva”. *Transformação: Revista de Filosofia UNESP*, 36(1), pp. 239-266. doi: 0.1590/S0101-31732013000100013.
- Merleau-Ponty, M. (1990). *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. Tradução de Cristina Marcondes César. Campinas, SP: Papirus.